

Dificuldades de Aprendizagem nas Séries Iniciais

Carmem Maria de Souza Rodrigues

carmem3845@gmail.com

<https://lattes.cnpq.br/7623569274889550>

Elainy Martins Lima Ribeiro

elainyribeiro7@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3215330421028309>

Luzenira Ribeiro da Silva

Resumo:

Discutir hoje sobre as dificuldades de aprendizagem dominante no contexto educativo é conviver com as reais condições históricas que as escolas vivenciam em relação ao ensino aprendizagem. Diante de um contexto político, social e cultural em que a sociedade vive, percebe-se que há muito tempo tem ouvido discursos que a educação é para todos. Nesse sentido, o ensino fundamental de nove anos como uma estratégia de democratização e acesso à escola em que a Lei nº 11.274, de fevereiro de 2006, assegura o direito das crianças de seis anos à educação formal, obrigando as famílias matriculá-las e o Estado oferecer o atendimento. E conhecendo a escola como um ambiente que oportuniza as pessoas a socializar entre si e que proporciona saberes a uma aprendizagem com situações pedagógicas que inclui no desenvolvimento da criança o gerar novas possibilidades de aprender na idade certa. É nesta proporção educacional, que o presente artigo com a temática “Dificuldades de Aprendizagem nas Séries Iniciais”, propõe alternativas para os profissionais se fundamentarem para reais expectativas. A pesquisa de cunho bibliográfico que aborda uma metodologia qualitativa, com questionamentos da prática educativa, tem a necessidade de nortear os objetivos principais a esta temática, como identificar as dificuldades de aprendizagem desse público alvo, metodologias hoje aplicadas, a verificação dos meios motivacionais a essa realidade e em relevância aos resultados, qual o grau de entusiasmo dos educandos em aprender.

Palavras-chave: Escola. Criança. Educação. Dificuldades de Aprendizagem.



Recebido em: dez. 2024; Aceito em: maio. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.713

Produções Científicas em Pauta: Novas linhas de investigação

Julho, 2025, v. 3, n. 28

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Learning Disabilities in the Early Grades **Abstract:**

To discuss today the dominant learning difficulties in the educational context is to live with the real historical conditions that schools experience in relation to teaching and learning. In the face of a political, social and cultural context in which society lives, it is clear that for a long time there have been speeches that education is for everyone. In this sense, nine-year elementary education as a strategy of democratization and access to school in which Law No. 11,274, of February 2006, ensures the right of six-year-old children to formal education, obliging families to enroll them and the State to offer the service. And knowing the school as an environment that gives people the opportunity to socialize with each other and that provides knowledge for learning with pedagogical situations that includes in the child's development the generation of new possibilities to learn at the right age. It is in this educational proportion that this article with the theme "Learning Difficulties in the Initial Grades", proposes alternatives for professionals to base themselves on real expectations. The bibliographic research that addresses a qualitative methodology, with questions of the educational practice, has the need to guide the main objectives of this theme, such as identifying the learning difficulties of this target audience, methodologies applied today, the verification of the motivational means to this reality and in relevance to the results, what is the degree of enthusiasm of the students in learning.

Keywords: School. Child. Education. Learning Disabilities.

Discapacidades de aprendizaje en los primeros grados

Resumen:

Discutir hoy las dificultades de aprendizaje dominantes en el contexto educativo es vivir con las condiciones históricas reales que experimentan las escuelas en relación con la enseñanza y el aprendizaje. Frente a un contexto político, social y cultural en el que vive la sociedad, es evidente que desde hace mucho tiempo se habla de que la educación es para todos. En este sentido, la educación primaria de nueve años como estrategia de democratización y acceso a la escuela en la que la Ley Nº 11.274, de febrero de 2006, garantiza el derecho de los niños de seis años a la educación formal, obligando a las familias a matricularlos y al Estado a ofrecer el servicio. Y conocer la escuela como un entorno que da la oportunidad a las personas de socializar entre sí y que aporta conocimientos para el aprendizaje con situaciones pedagógicas que incluye en el desarrollo del niño la generación de nuevas posibilidades para aprender a la edad adecuada. Es en esta proporción educativa que este artículo con el tema "Dificultades de aprendizaje en los grados iniciales", propone alternativas para que los profesionales se basen en expectativas reales. La investigación bibliográfica que aborda una metodología cualitativa, con preguntas de la práctica educativa, tiene la necesidad de orientar los principales objetivos de este tema, como la identificación de las dificultades de aprendizaje de este público objetivo, las metodologías aplicadas en la actualidad, la verificación de los medios motivacionales a esta realidad y en pertinencia a los resultados, cuál es el grado de entusiasmo de los estudiantes en el aprendizaje.

Palabras clave: Escuela. Niño. Educación. Aprendizaje.

INTRODUÇÃO

Ao buscar informações sobre as políticas educacionais, onde formaliza as fundamentações em concepções de como ensinar a criança na idade certa, que visa o desempenho da prática escolar, envolvendo a formação do professor e as contemplações das estratégias pedagógicas. Por meio de abordagens teóricas da aprendizagem enfatiza-se conhecimentos de envolvimento ao cognitivo da criança, que possa analisar a pedagogia e psicologia; na psicologia da aprendizagem se vale de teorias que procuram explicar, através de diferentes enfoques, como os indivíduos aprendem, como se expressa o desenvolvimento mental de uma pessoa e como se estruturam os modelos institucionais da aprendizagem. Na pedagogia, os segmentos se dão, tendo como prioridade as práticas pedagógicas de aprendizagem, aos subsídios de aprendizagem.

Para Piaget (1974) no processo de desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo são construídas relações de aquisição ao conhecimento mediante aos meios interventivos e por intermédio da transmissão e construção do conhecimento, (Percepção, observação, e experimentação por manipulações concretas), levando em consideração os estágios de desenvolvimento.

Para obter informações sobre a temática do presente trabalho “Dificuldades da Aprendizagem em Séries Iniciais” que busca refletir sobre a atuação do educando em sala de aula, primeiramente é necessário analisar em estudos teóricos conceitos básicos do desenvolvimento moral e ético, correlacionados aos conhecimentos do comportamento humano e seus valores, para assim levantar dados as hipóteses das causas das dificuldades em aprendizagem e referenciar os fatores que instigam tais problemáticas em sala de aula.

O objetivo principal é de compreender que a escola é um espaço direcionado a aprendizagem, é um ambiente socializador em que a criança precisa se sentir segura e que o valor humano, o respeito à dignidade e a integridade sejam marcos constantes para que haja evolução no desenvolvimento da aprendizagem da criança.

Deste modo, o referido estudo justifica-se devido visualizar nos cenários educacionais atuais, ações das reformas educacionais que tem interferido sobre o trabalho pedagógico, sugerindo novas formas de ensinar, adequando novos métodos e diversos são os instrumentos de trabalho para o professor. No entanto, o reflexo

dessas reformas muito tem influenciado nas mudanças ambientais das escolas, onde o resultado da aprendizagem tem apresentado de forma negativa e sendo bem visível ao contexto social, deixando refletir alguns fatores como: A falta de autoridade do professor em sala de aula, o desinteresse do aluno em estudar, causando defasagem da aprendizagem, a sala de aula virou palco de brincadeiras desordenadas para a criança de séries iniciais e uma grande maioria dos alunos não respeitam mais os professores.

Para melhor entendimento em relação às dificuldades de aprendizagem ou para entender os pontos centrais da natureza de aprendizagem da criança, é necessário reportar desenvolvimento histórico, filosófico e psicológico centrada em várias correntes de pensamentos que se definiram para os modelos educacionais. Focando alguns teóricos como: Jean Piaget, Vigotsky, Paulo Freire e entre outros que referencia diretamente a temática em abordagem.

AS NORMAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouca infraestrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania para deles puder usufruir. Se existem diferenças socioculturais marcantes, que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, existe também aquilo que é comum a todos, que um aluno de qualquer lugar do Brasil, do interior ou do litoral, ou das margens ribeirinhas, da zona rural deve ter o mesmo direito de aprender e esse direito deve ser garantido pelo Estado, segundo a Constituição Federal de 1988.

E para abranger esta realidade de direitos da criança direcionado a sua aprendizagem na escola na idade certa, nada melhor que as diretrizes políticas educacionais para nortear os conhecimentos de atendimentos a essas crianças e como os profissionais devem se proceder, perante as leis.

De acordo com o histórico da reformulação do Sistema Educacional Brasileiro, conferido com a organização do Estado brasileiro, a matéria educacional é organizada pela Lei Nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo que

a cada um compete organizar seus sistemas de ensino cabendo, ainda a União a coordenação da Política Nacional de educação, articular os diferentes níveis e sistema exercendo função normativa, redistributiva e supletiva (artigos 8º, 9º, 10º 11º).

Conforme prescrito na LDB N° 9.394/96 destaca em Parecer da Resolução CNE/CEB N° 2/98, que delimita como conjunto de definições doutrinárias sobre os princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica (...) para que orientam os profissionais das escolas dessa rede de funcionamento, nos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas.

Segundo relata na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica pressupõe clareza em relação ao seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais e a função da educação em relação com os objetivos constitucionais de projeto de Nação, fundamentando-se na cidadania e da dignidade da pessoa que implica liberdade de igualdade, pluralidade, diversidade, respeito e sustentabilidade.

E a escola em relação às exigências da Educação Básica, precisa ser modernizada, conforme o priorizar as inovações nos processos de aprendizagem, onde os sujeitos são capazes de atuar conforme as intervenções do: participar, cooperar e como estarão preparados para diversificar inserções sociais, políticas, culturais e ao mesmo tempo, capazes de intervir e problematizar as formas de produção e de vida. A escola tem diante de si, o desafio de sua própria recriação, pois tudo que a ela refere constitui-se como invenção: os rituais escolares são invenções de um determinado contexto sociocultural em movimento.

A LDB definiu princípios e objetivos curriculares gerais para o Ensino Fundamental, sob aspectos:

I - duração: anos dias letivos e carga horária mínimo;

II - uma base nacional comum;

III - uma parte diversificada.

Entende-se por base nacional comum, na Educação Básica, os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e

tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas e exercício da cidadania; nos movimentos sociais.

Quanto à orientação normativa e pedagógica para a construção do referido plano da educação encontra-se nos Pareceres Nº 06/2005 e Nº 04/2008 e nos documentos do MEC referentes ao programa de implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos.

Com as normatizações e amparo legal para a ampliação do Ensino Fundamental de Nove Anos, constitui-se dos seguintes dispositivos:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – artigo 208;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Nº 9.394/96, de 20 de janeiro de 1986 – admite a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade.
- Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 – estabelece o Ensino Fundamental de Nove Anos com meta na educação nacional com os propósitos e compromisso em urgência da construção de uma escola inclusiva; cidadã, solidária e de qualidade social para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros.
- Lei Nº 11.114, de 16 de maio de 2005 – altera a LDB e torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental.
- Lei Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 – altera a LDB e amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas até 2010.
- A definição dos três primeiros anos do Ensino Fundamental de Séries Iniciais, com o período destinado à alfabetização – se deu por meio da adesão ao Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa –PNAIC. Pela Portaria Nº 867 de 4 de julho de 2012, com o objetivo de reafirmar e ampliar o compromisso previsto no Decreto Nº 6.094/2007.

De acordo com a nomenclatura, a Resolução Nº 3 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Educação indicou a nomenclatura a ser adotada para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Quanto as etapas correspondentes aos

diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional, a Educação Básica compreende:

I - Educação Infantil – com 5 anos de duração – até 5 anos de idade;

➤ Creche de 0 a 3 anos de idade;

➤ Pré-escola – englobando uma faixa etária de 4 a 5 anos de idade;

II – Ensino Fundamental – obrigatório e gratuito, com duração de (09) nove anos é organizado em duas fases:

➤ Anos Iniciais – 5 anos de duração – de 6 a 10 anos de idade;

➤ Anos Finais – 4 anos de duração - de 11 a 14 anos de idade;

No entanto, o acompanhar as relevâncias estruturais na política educacional explica porque a escola se torne inclusiva. E em meio as tantas mudanças no âmbito educacional norteia em comandos constitucionais os conhecimentos para o profissional da educação, principalmente para o professor; porque se deve proceder uma educação diferenciada. Porque em um contexto escolar, quando uma criança não aprende, dá-se a entender a base da indiferença ou da exclusão. Mas precisa conhecer, as vezes vivenciar para conhecer as problemáticas do processo de não aprender na idade certa.

REFLETINDO SOBRE A INFÂNCIA EDUCACIONAL

Quando se fala do reconhecimento dos direitos, da aquisição da aprendizagem em relação ao atendimento a criança em Séries Iniciais, que é o foco da análise em estudo do artigo é necessário estudar a criança em suas possibilidades de aprendizagem, pois o ser humano é em um só tempo; físico, biológico, psíquico, cultural, social, históricos entre outros requisitos reparável a atuação na sociedade.

Para Piaget (1896-1980) que dedicou em estudos de pesquisas à descoberta sistemática da evolução mental da criança, avança bastante sobre o desenvolvimento cognitivo. Busca demonstrar por meio de suas pesquisas, que o desenvolvimento resulta da interação entre dois grupos de fatores de ações externas como os processos de pensamento que envolvem uma organização lógica.

Em seus relatos visa sempre compreender melhor a criança, o modo como ocorre seu desenvolvimento, numa busca por melhor conhecer o ser humano e

aperfeiçoar seus métodos pedagógicos. Investiga a formação dos mecanismos mentais operados na criança, para então entender sua natureza e funcionamento no adulto. Para Piaget (2007) o desenvolvimento psíquico orienta para o equilíbrio, para a estabilidade, mas não para a imobilidade, num caminhar constante de um estado de menor para um maior equilíbrio por meio do conhecimento.

Os estudos de Piaget (2007) em “*Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem*” – “*o ideal da educação não é aprender ao máximo, maximalizar os resultados, mas antes de tudo aprender a aprender, é aprender a se desenvolver e aprender a continuar a se desenvolver depois da escola*”.

A educação de crianças precisa de investimentos em estudos como em outros instrumentos necessário para o conhecimento do desenvolvimento cognitivo, psicológico. O profissional da educação precisa contextualizar a aprendizagem com a socialização integral família e escola.

O contemplar o cuidado de ensinar a criança na esfera da Educação Infantil e do Ensino Fundamental - significa compreender a criança como parte de uma educação inclusiva. O cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver as capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio garantido por lei que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos profissionais.

O papel do professor é fundamental, na educação da criança, pois o bom andamento das atividades de ensino depende diretamente da ação docente, de como se faz a mediação na aprendizagem conhecimento/criança. Esse elo compreende-se como importante característica do profissional de Educação Infantil a busca constante por aprender sobre o desenvolvimento da criança, sua forma de ver e sentir o mundo criando oportunidades para manifestar suas ideias em seus modos de comunicar.

O papel da escola baseia-se em transmitir conhecimentos disciplinares para a formação geral do aluno, a fim de inseri-lo na sociedade. Também se caracteriza pelo preparo moral centrado em seus valores e de base intelectual, partindo de um modelo de postura conservadora que mantém como compromisso da escola a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade.

Na ação pedagógica deve-se compreender o ato de buscar estratégias permanente a prática educativa e oferecer aos alunos um ambiente com espaços e materiais organizados que propiciem desafios e diferentes manifestações infantis, potencializando assim sua expressão por meio de diferentes linguagens, movimentos,

imaginação, criatividade, emoções, socialização, autonomia, conhecimento de mundo, pensamentos e sentimentos.

Ao refletir sobre a infância e sua singularidade e as diversas expressões e o desenvolvimento da criança na escola para a vida, é priorizar sobre a “*Pluralidade da Infância*” em relação aos seus direitos. Segundo os estudos de Philippe Áries (1978) – “*indicam que o conceito de Infância muda historicamente em função a determinantes sociais, culturais, políticos e econômicos*”.

É que no Brasil as grandes desigualdades na distribuição de renda e de poder foram responsáveis por Infâncias distintas para classes sociais também distintas. As condições de vida das crianças fizeram com que o significado social dado a Infância não fosse homogêneo. Del Priori (2000) – afirma que: “*a história da Criança brasileira não foi diferente da dos adultos, tem sido feita a sua sombra. Sombra de uma sociedade de que viveu quase quatro séculos de escravidão, tendo a divisão entre senhores e escravos como determinantes da sua estrutura social*”.

A saber, das propostas do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), o que referente a vida, assegura a criança e ao adolescente os direitos fundamentais inerentes à pessoa, as oportunidades oferecidas para o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA APRENDIZAGEM

Saber lidar com a diversidades étnica, cultural e social é um dos grandes desafios que a escola e os profissionais da educação vem enfrentando nessas últimas décadas, pois oferecer uma educação de qualidade e ao mesmo tempo conciliar as diferenças e preservar a identidade, não é preocupação somente da área educacional. São questionamentos que estão presentes em todo o cenário cultural que envolve crítica construtiva e destrutiva que venha favorecer em vantagens ou aspectos de desrespeito ou desigualdades apontando desvantagens em meio a uma sociedade hoje bastante polêmica.

E neste contexto hoje pautado sobre a aprendizagem escolar que é a capacidade de responder adequadamente às diferentes solicitações que quotidianamente concentra-se nos desafios encontrados em sala de aula que nos

colocam numa interação com o meio. E para conseguir realizar as diferentes tarefas de conciliar a desarmonia encontrada em sala de aula e aprender ao mesmo tempo, constata-se que se vivencia vários tipos de aprendizagem e diferentes processos cognitivos, na vida do sujeito. E para que o profissional formador consiga cumprir a sua tarefa de facilitador ou mediador da aprendizagem é necessário que compreenda o que se passa na cabeça do sujeito que aprende.

A aprendizagem no seu todo é encarada como ação educativa, e tem como finalidade ajudar a desenvolver nos indivíduos as capacidades que os tornem capazes de estabelecer uma relação pessoa com o meio em que vive (físico e humano), servindo-se para este efeito das suas estruturas sensório-motoras, cognitivas, afetivas e linguísticas.

Para Vygotsky (1998) a percepção, memória, emoções, necessidades, motivos e causas são mediadas socialmente e substituem sensações orgânicas e habilita pra o contato com o mundo. O uso da personalidade nos meios sociais (como conceito linguístico), como sistemas operacionais, são funções naturais determinadas por mecanismos biológicos.

O estudo da aprendizagem centrou-se em diferentes aspectos, de acordo com as diversas correntes da psicologia, com diferentes perspectivas em teorias diferentes como: as comportamentalistas (behavioristas) – a aprendizagem é vista como a aquisição de comportamentos expressos através de relações de estímulos.

- **As cognitivistas** – a aprendizagem é entendida como um processo dinâmico de codificação, processamento e recodificação da informação. Os estudos da aprendizagem centram nos processos cognitivos que permitem condições contextuais que a facilitam.
- **As humanistas** – a aprendizagem baseia-se essencialmente no caráter único e pessoal do sujeito que aprende, em função de experiências únicas e pessoais.

Estas diferentes perspectivas sobre a aprendizagem conduziram a diferentes abordagens e conceitos. No entanto, esta diferença não deve ser encarada como um problema, mas antes como uma vantagem do processo ativo e dinâmico na vida do

sujeito.

Assim todos os indivíduos `possui suas características pessoais e de como são capazes de “aprender a aprender”, isto é capaz de encontrar respostas para situações ou problemas em tempo hábil de aprendizagem; que mobilizando conhecimentos de experiências anteriores em situações idênticas, quer projetando no futuro uma ideia ou solução o qual temos no presente, interagimos com os estímulos (situações problemas) de forma pessoal.

ALGUNS QUESTIONAMENTOS SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E AS RELAÇÕES PEDAGÓGICAS

A implantação das políticas de inclusão escolar assim como os resultados obtidos nos diferentes instrumentos de avaliação da qualidade da educação, tem sido alvo de preocupação para os profissionais da educação e para muitos pais. Pois são constantes as ações rumos aos desafios para os educadores: em relação aos alunos que apresentam dificuldades para aprender ou alunos que apresentam circunstâncias com deficiências diversas ou subjetividade do espaço social.

As dificuldades de comportamento, podem ser um jeito de as crianças mostrarem que uma regra é desnecessária ou não, que está funcionando ou não; ou outras situações; no que elas esperam chamar a atenção e solicitar que você se aproxime e se interesse pelas ideias delas.

Nem é preciso levantar um diagnóstico para saber se o ambiente escolar vai bem ou mal, basta acompanhar um recreio em uma escola para presenciar atos de mau comportamento entre os alunos, entre uma sala de aula e logo se presenciará algo incorreto com os alunos; o levantar e sentar desnecessário, o irritar o outro, o insultar os colegas, o sumiço de materiais, o sair da sala de aula com desculpas de ir ao banheiro ou tomar água, a não atenção às aulas, essas são as queixas dos professores que mais se ouve pelos corredores, em reuniões entre outras ocasiões para questionamentos. Essas aglomerações só atrapalham o aprendizado da criança, são alunos que querem aprender e não conseguem acompanhar os conteúdos e as reclamações sucedem diariamente.

E ao conviver em um ambiente em que as atitudes como essas sejam padrão de socialização dos mesmos, a criança aos poucos adquire autonomia e fica mais

apta a tomar decisões irresponsáveis. Cada aluno em diferentes situações coloca sempre novos desafios. Elas precisam de referências e de orientações. O que se espera é ajuda para pensar e agir de forma correta no ambiente que se diz socializador.

É importante que alguém na escola estabeleça regras até que efetivamente convictos, as crianças possam gerenciá-las de forma autônoma. Essas formas de interpretar: falta de interesse, de estímulo; tais circunstâncias de transtorno em aprendizagem, incômodos em comportamentos; traz uma série de prejuízos em resultados negativos a aprendizagem que se refletem não apenas no processo de ensino aprendizagem e socialização, mas sobretudo na saúde do indivíduo, repercutindo atitudes hostis que violam o direito à integridade física e psicológica e a dignidade humana. Ameaça o direito à educação, ao desenvolvimento do processo de aprendizagem, que será considerada até três situações específicas de ocorrência.

Em primeiro lugar, ela está inserida nas condutas dos alunos nas diversas atividades pedagógicas, seja dentro ou fora do espaço escolar. Num outro momento ela aparece sob dimensão dos processos de socialização e relacionamentos vivenciados pelos alunos, em relação com seus pares e com os profissionais da educação no contexto escolar, com suas atividades pedagógicas, patrimônio, ambiente, etc. E por último, aparece à indisciplina no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

Em nossos dias, cada vez é mais difícil estabelecer as ordens de comportamento ou da disciplina e fazê-la respeitar. Para que as aulas sejam contempladas conforme o professor planeja. É que hoje a posição do aluno é muito diferente da que conheceram o seu pai e o seu avô. Estes viveram entre a família e a escola, em meio homogêneos, com toda gente admitia os modos de vida aceitos pela maioria o rejeitava quaisquer outros. Com defeito da evolução das condições gerais de vida, em todos os meios, as crianças tornaram-se aís independentes, menos dispostas a obedecer à autoridade dos adultos.

Ao rever o ambiente que as crianças, jovens e adolescentes convivem; segundo Rossato e Martínez (2011), onde não há compreensão, diálogo, amor e socialização familiar e muitas vezes nem a presença de princípios religiosos que muito influenciam na obediência. Com certeza, habita neste ambiente um sentimento de revolta, e desgosto a uma criança que nasce em um lar desequilibrado; onde não

existe afetividade familiar, logicamente, sentirá rejeitado pela vida, desanimado, e a tendência será descontar, em tudo e todos a sua revolta.

Destaca-se primeiramente em reflexão o olhar em relação as dificuldades de aprendizagem quando se produzem sob um aspecto de reorganização subjetivo do estudante, confrontada ao processo de ensinar-aprender, não expressa condições favoráveis para dominar um sistema de conceito científico, dentro do tempo e dos padrões avaliativos utilizados nas escolas, havendo ou não comprometimento das funções biológicas.

E um outro envolvimento será da superação do processo das dificuldades do tipo de aprendizagem – que pode ser determinante de fatores sobre as metodologias aplicadas, as verificações dos meios motivacionais para o grau de entusiasmo para quem quer aprender.

Segundo Rossato e Martinez (2011, p. 101) “No sentido subjetivo dos atos do sujeito em um espaço social concreto estão contidos processos e consequências de outros espaços sociais que lhe afetam de forma simultânea.” Considera-se que esses sentidos subjetivos favoráveis à aprendizagem não necessariamente tem de ter sua gênese na própria situação de aprendizagem, eles podem ter origem em diversas configurações subjetivas do sujeito ou em sentidos subjetivos oriundos de outros espaços sociais.

O risco que tem-se com problemas como as dificuldades de aprendizagem é a naturalização pelo rótulo, que cria a universalização e perdem de vista o sujeito e as práticas sociais geradoras do problema, que acabam por convertê-lo em objeto sem identidade.

CONCLUSÃO

Na busca de sermos justos e eficientes como profissionais da educação, rever os processos de formalização em leis, só certifica os modos pelos quais os educadores precisam atuar considerando o seu lado profissional. Portanto, é necessário garantir a coerência entre as metas que se planeja; o que se ensina; como se ensina ou seja a clareza sobre o que vamos ensinar, permitirá em cada etapa ou nível de ensino delimitar as expectativas de aprendizagem, das quais dependem tanto não somente do processo de aprendizagem e sim dos critérios de avaliação, quanto

ao nível de exigência.

Muitas teorias sobre a aprendizagem buscam explicar a aprendizagem por meio de pressupostos que tentam abarcá-la em uma totalidade, como se fosse um processo único e homogêneo apesar da sua diversidade (Tunes; Tacca; Mitjáns Martínez, 2006). Interessa-nos aqui focalizar a aprendizagem escolar entendida como a apropriação de um *corpus* de conceitos e princípios sistematizados nas diferentes áreas do conhecimento, com destaque para o conhecimento científico.

De fato, o sistema de ensino constitui o principal foco do trabalho da escola como instituição, incluindo caracterização de aprendizagem deliberada, intencional, que tem múltiplas dimensões além da cognição-intelectual. Na aprendizagem escolar, as dimensões relacional e subjetiva evidenciam-se como relevância significativas.

Analismos ainda a dimensão social da aprendizagem expressa nos variados processos de desenvolvidos na escola, nas ações, comportamentos e emoções dos sujeitos implicados, no papel do outro, nas posições ocupadas pelos alunos, em sua relação com os demais sujeitos e inclusive pela escolarização.

Deste modo, é papel da escola e dos educadores buscarem meios e alternativas para minimizar as inúmeras dificuldades de aprendizagens apresentadas pelos educandos e para tanto é primordial que se desenvolva pesquisas e estudos a fim de colaborar com essa temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição Federativa da República do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____, CNE – Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 1988.

_____, **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069/1990/Pró-Reitoria de Extensão da UFPA. Belém. EDUPA. 2008.

_____, Lei 9.394/96: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília; MEC, 1996.

_____, Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil Vol. I e II** Brasília: MEC/SEF. 1988.

_____, Ministérios da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: Orientação para a inclusão da criança de seis anos de idade/Organização** – Janete Beauchamp, Sandra Denise Pagel. Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília. 2007.

MARTÍNEZ, Mitjáns. ROSSATO, Maristela. Possibilidades de Aprendizagem – Ações Pedagógicas para Alunos com Dificuldade e Deficiência. A Superação das Dificuldades de Aprendizagem e as Mudanças na Subjetividade. Campinas. São Paulo. 2011.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. Trad. Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____**A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.